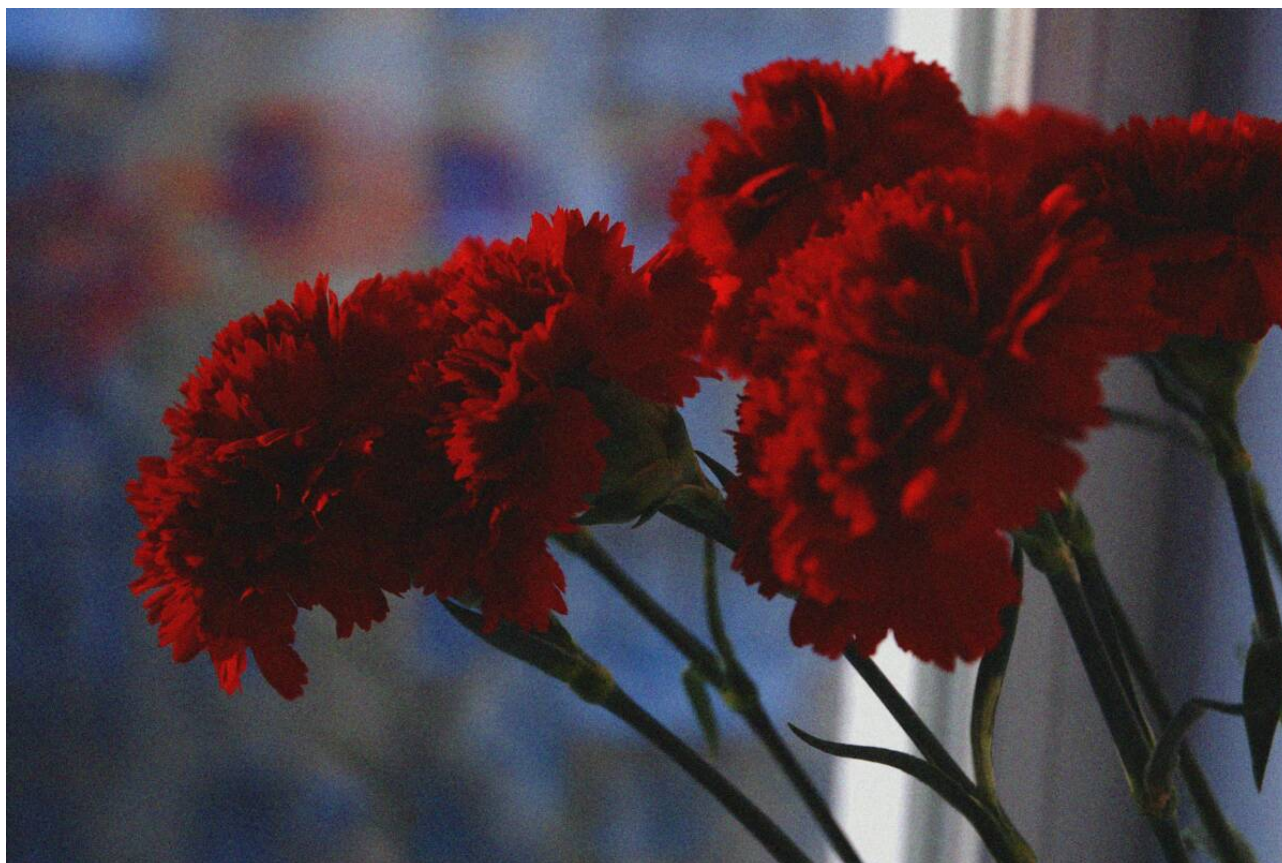


Autor: Jardim

Abril Continua: O 25 de Abril como Património Vivo de Democracia, Ciência e Futuro em Portugal



O 25 de Abril de 1974 permanece como um dos acontecimentos estruturantes da história contemporânea portuguesa. Mais do que a substituição de um regime autoritário por um sistema pluralista, representou a abertura de um novo horizonte político, social e cultural, cujos efeitos continuam a moldar o país no presente. Cinquenta anos depois, Abril não deve ser entendido apenas como memória comemorativa ou património simbólico, mas como processo histórico em permanente atualização. Para uma comunidade de doutorados, investigadores e profissionais qualificados, esta data possui significado acrescido: foi a democratização que tornou possíveis universidades intelectualmente livres, investigação crítica, imprensa independente e cidadania plena. Como assinalou a Reuters (2024a), as celebrações do cinquentenário da Revolução recordaram precisamente o valor duradouro das instituições democráticas construídas após 1974.

Antes da Revolução, Portugal vivia sob o Estado Novo, sistema político consolidado por António de Oliveira Salazar e posteriormente continuado por Marcelo Caetano. Tratava-se de um regime marcado por censura, polícia política, limitação de direitos fundamentais, eleições sem competição efetiva e forte centralização administrativa. A estabilidade formal escondia fragilidades estruturais: baixos níveis de escolarização, atraso

económico relativo e reduzida integração científica internacional. Em perspetiva comparada, Portugal encontrava-se distanciado das democracias europeias do pós-guerra, onde a expansão educativa, a modernização económica e o fortalecimento institucional avançavam com maior intensidade. Le Monde (2024) sublinhou que a rapidez da queda do regime surpreendeu muitos observadores internacionais, demonstrando como sistemas aparentemente sólidos podem ruir quando deixam de responder às exigências sociais e históricas do seu tempo.

A Revolução dos Cravos foi conduzida pelo Movimento das Forças Armadas, composto sobretudo por oficiais intermédios profundamente marcados pela guerra colonial e pela incapacidade reformista do regime. Todavia, o êxito do processo não pode ser explicado apenas pela ação militar. A adesão popular foi imediata e decisiva. O gesto simbólico de colocar cravos nos canos das espingardas transformou uma operação estratégica numa narrativa universal de libertação pacífica. Décadas depois, esse símbolo mantém extraordinária força cívica. Reuters (2024b), ao noticiar o falecimento de Celeste Caeiro, recordou como um gesto simples se converteu num dos ícones democráticos mais reconhecidos do século XX europeu.

Do ponto de vista académico, o impacto de Abril foi profundo e, por vezes, insuficientemente valorizado. A democratização abriu caminho à expansão do ensino superior, à renovação curricular, à internacionalização científica e à consolidação de uma cultura universitária baseada na liberdade intelectual. Sem liberdade de pensamento, não existe ciência robusta; sem debate crítico, não existe inovação sustentável. Muitos dos atuais centros de investigação portugueses, bem como a integração do país em redes europeias de conhecimento e financiamento competitivo, assentam em condições institucionais criadas no período democrático. Cada dissertação, tese ou projeto científico desenvolvido em Portugal beneficia, direta ou indiretamente, desse legado fundador.

Também a modernização económica portuguesa não pode ser dissociada da transição democrática. A consolidação institucional permitiu a adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986, passo decisivo para a transformação estrutural do país. Infraestruturas, qualificação profissional, acesso a fundos comunitários, mobilidade académica e aproximação regulatória às democracias europeias resultaram, em larga medida, dessa escolha histórica. A literatura económica tem demonstrado que previsibilidade jurídica, estabilidade institucional e confiança pública tendem a favorecer investimento e crescimento sustentado. Em termos simples, a liberdade política revelou-se também ativo económico.

As regiões autónomas constituem exemplo expressivo dessa transformação. Madeira e Açores ganharam novo enquadramento constitucional e maior capacidade de decisão política no período democrático. Para territórios insulares, frequentemente confrontados com limitações geográficas e desafios logísticos, a autonomia significou melhor representação institucional e maior adequação das políticas públicas às especificidades locais. Debates atuais sobre desenvolvimento regional, inovação territorial, turismo sustentável, saúde insular ou captação de talento seriam dificilmente concebíveis sem a arquitetura democrática descentralizada construída após Abril.

Uma leitura intelectualmente séria da Revolução exige, contudo, reconhecer a complexidade do período subsequente. Entre 1974 e 1976, Portugal viveu intensa mobilização social, disputa ideológica, instabilidade

económica e incerteza quanto ao modelo político futuro. A democracia portuguesa não nasceu acabada; foi sendo construída através de conflito regulado, negociação institucional e aprendizagem coletiva. A eleição da Assembleia Constituinte em 1975 e a aprovação da Constituição de 1976 constituíram momentos decisivos dessa normalização democrática. Tal percurso oferece, ainda hoje, importante caso de estudo para a ciência política comparada: democracias duradouras podem emergir de transições tensas, desde que disponham de mecanismos de compromisso e legitimidade eleitoral.

É precisamente por isso que Abril conserva atualidade. O erro mais perigoso seria assumir que democracia consolidada significa democracia garantida. Reuters (2024c) assinalou que as celebrações recentes ocorreram sob o impacto do crescimento de forças políticas radicais e do aumento da polarização pública. Em 2025, a mesma agência noticiou confrontos em Lisboa durante manifestações associadas ao aniversário da Revolução (Reuters, 2025). Estes episódios não anulam a robustez institucional portuguesa, mas recordam que nenhuma democracia é irreversível. A história ensina que erosões democráticas tendem a ser graduais, frequentemente normalizadas no quotidiano antes de se tornarem evidentes.

As ameaças contemporâneas raramente assumem a forma clássica de golpe militar ou suspensão explícita de direitos. Manifestam-se antes pela erosão lenta da confiança pública, pela desinformação digital, pela simplificação populista de problemas complexos e pelo descrédito sistemático das instituições. Se outrora a censura utilizava o lápis azul, hoje pode surgir através de algoritmos opacos, manipulação emocional em rede ou saturação informativa que torna difícil distinguir verdade, opinião e propaganda. Defender Abril no século XXI implica, por isso, traduzir os seus valores para novos contextos tecnológicos e comunicacionais.

Neste domínio, universidades, escolas, ordens profissionais e meios de comunicação social possuem responsabilidade acrescida. Ensinar o 25 de Abril não significa promover nostalgia política, mas explicar por que razão existem eleições livres, tribunais independentes, imprensa plural e direito ao contraditório. A democracia depende de cultura cívica, não apenas de regras formais. Quando cidadãos desconhecem o custo histórico da liberdade, tornam-se mais vulneráveis à sedução de soluções autoritárias apresentadas como eficiência ou ordem.

Também nos setores da saúde e da administração pública Abril mantém relevância concreta. A democratização abriu caminho ao Serviço Nacional de Saúde e ao alargamento de políticas sociais universalistas. Contudo, direitos formais sem capacidade de execução geram frustração coletiva. O desafio contemporâneo de Portugal consiste em conciliar justiça social com eficiência institucional, sustentabilidade financeira e inovação organizacional. Na saúde, isso exige liderança competente, integração de cuidados, digitalização ética e gestão baseada em evidência. O espírito de Abril não exige imobilismo; exige reformas orientadas pela dignidade humana e pelo interesse público.

Para doutorados, especialistas e quadros altamente qualificados existe ainda uma responsabilidade específica. O conhecimento científico confere autoridade social, mas também dever de intervenção esclarecida. Num ambiente público marcado por ruído e simplificação, quem domina método, evidência e pensamento crítico deve comunicar melhor, participar no debate cívico e contrariar narrativas falsas ou perigosamente redutoras. O silêncio das elites técnicas cria vazio frequentemente ocupado por discursos sem rigor.

Portugal enfrenta desafios exigentes: envelhecimento demográfico, produtividade moderada, pressão habitacional, retenção de talento jovem, transição climática e necessidade de reforma administrativa. Nenhum destes problemas será resolvido por mera evocação simbólica de Abril. Serão enfrentados, isso sim, através da aplicação renovada dos seus princípios fundadores: participação cívica, coragem reformista, pluralismo, inclusão e confiança no conhecimento.

Talvez essa seja a lição mais duradoura do 25 de Abril. A liberdade não elimina problemas, mas permite corrigi-los sem medo. Regimes fechados tendem a perpetuar erro; democracias criam mecanismos de revisão, alternância e aprendizagem institucional. Abril, por isso, não pertence apenas aos que viveram 1974. Pertence igualmente às novas gerações que recusam o cinismo, valorizam instituições e desejam um país mais competente, justo e intelectualmente ambicioso.

O melhor tributo aos cravos não reside na repetição ritual de palavras gastas, mas na construção quotidiana de um Portugal culto, inovador, exigente e humanista, onde a democracia seja não apenas sistema político, mas verdadeira cultura de responsabilidade coletiva.

Referências Bibliográficas

Le Monde. (2024). 50 years ago, the Carnation Revolution ended Portugal's dictatorship in one night.

Reuters. (2024a). Portugal's democracy turns 50: Thousands to commemorate Carnation Revolution.

Reuters. (2024b). Portugal's 'Carnations Lady' who gave name to 1974 revolution dies at 91.

Reuters. (2024c). Portugal celebrates democracy anniversary amid far-right surge.

Reuters. (2025). Clashes at far-right protest mar Portugal's Revolution Day.

Data de Publicação: 24-04-2026